

A HISTÓRIA DA HISTÓRIA DO FIM DO GOVERNO JOÃO GOULART

Charles Sidarta Machado Domingos

RESUMO

Este artigo aborda João Goulart e seu Governo dentro da conjuntura dos anos 1945-1964 no Brasil. Pretendemos, ao logo do trabalho, demonstrar a importância de Goulart na formação do PTB. Além disso, nossa intenção central é discutir a produção histórica relativa à temática. Para tanto, utilizaremos as obras de Thomas Skidmore, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Marco Antônio Villa e o trabalho conjunto de Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira. Através desses trabalhos, procuraremos evidenciar as formas pelas quais o conhecimento histórico tem explicado ao longo dos anos o Governo João Goulart.

PALAVRAS-CHAVE: História – Governo João Goulart – Historiografia

ABSTRACT

This article discusses João Goulart and his government in the years 1945-1964 in Brazil. We intend over the work, demonstrate the Goulart's importance in formation of the PTB. Furthermore, our intention here is to discuss the historic production on the theme. For this purpose, we use the works of Thomas Skidmore, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Marco Antônio Villa and also Angela de Castro Gomes and Jorge Ferreira's work in partnership. Through this works, we highlight the ways in which historical knowledge has explained over the years João Goulart's government.

KEYWORDS: History – João Goulart Governments – Historiography

Passados 46 anos do golpe civil-militar de 1964 é necessário encará-lo sob a perspectiva da História. 1964 representa o início de uma longa e cruel ditadura instalada no país. Representa o começo de uma sociedade marcada pelo medo, pela violência, pela falta de liberdades civis e políticas. Mas 1964 representa também um encerramento. Representa o final de um breve, porém intenso, período de participação popular na História do Brasil: o primeiro na História da República.

Passados 46 anos, algumas certezas não mais se sustentam. Algumas dúvidas começam a ser melhor sanadas. Muitas questões, todavia, ainda precisam ser explicadas.

* Professor de História no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL) – *Campus Charqueadas*. Doutorando em História na UFRGS sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Carla Brandalise. E-mail: charles@charqueadas.ifsul.edu.br Este artigo foi a base da Conferência proferida por mim no Clube de Cultura de Porto Alegre em 31 de março de 2009 no “Ciclo de Palestras 45 Anos da Ditadura”.

Endereço: IFSUL – Campus Charqueadas. Rua General Balbão, 81 – Centro – Charqueadas/RS. CEP.: 96.745/000.

Dentre elas, quais os papéis exercidos por João Goulart e seu governo naquela conjuntura histórica? A questão toma ainda mais força e atualidade no momento presente, quando o governo brasileiro, em 4 de março de 2009, reconheceu Goulart como anistiado político *post mortem*, destinando inclusive uma pensão para sua viúva. É preocupação candente, também, considerar as causas que levaram à morte de João Goulart. Há denúncias de que o ex-presidente tenha sido assassinado em um desdobramento da Operação Condor, em um plano intitulado *Operação Escorpião*. Quais as razões para a anistia tardia e as desconfianças acerca de sua morte, senão a importância de seu governo e do golpe civil-militar que o alijou do poder e pôs fim a um projeto de nação?

Para começar a responder a essas questões, é preciso e necessário analisar o papel desempenhado por João Goulart na estruturação do PTB em seus anos iniciais. Embora a bibliografia sobre o assunto ainda seja bastante escassa, alguns elementos estão sendo descortinados. Perceber a importância dessas origens para a formação do PTB e da carreira política de Goulart pode ser um dado revelador para o melhor entendimento do período 1945-1964.

Além disso, trabalhar com o papel desempenhado por João Goulart na formação do PTB em nível regional acaba colaborando para o objetivo último deste artigo: verificar como a análise histórica explicou o governo João Goulart (1961-1964). Passados 46 anos do golpe civil-militar que depôs João Belchior Marques Goulart da presidência da República, é necessário entender tanto a importância de seu governo, quanto as formas como o mesmo foi explicado pelos estudos históricos que dele se ocuparam.

João Goulart e a estruturação do PTB no Rio Grande do Sul

Terminada a ditadura do Estado Novo (1937-1945), a vida político-partidária renasceu. A nova legislação eleitoral, com sua exigência de partidos organizados ao nível nacional, produziu um interessante fenômeno: a bipolaridade Partido Social Democrático (PSD)/Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) *versus* União Democrática Nacional (UDN). A união dos dois partidos oriundos do ideário varguista (PSD e PTB) foi celebrada – em um tempo em muito anterior à discussão sobre a validade do conceito de populismo para o Brasil

do tempo da experiência democrática – como pacto populista. Posição política diferente, baseada claramente num projeto excludente de poder, tinha a UDN. Porém a bipolaridade ainda não era uma realidade, em razão do papel surpreendente do PCB nas eleições presidenciais, atingindo com seu candidato Iedo Fiúza cerca de 10% dos votos. Foi com a cassação do registro do PCB que o quadro político nacional se estabilizou, mantendo essa configuração até o golpe civil-militar de 1964.

No Rio Grande do Sul também a bipolaridade era um fenômeno concreto; no entanto, estava organizada de maneira diferenciada em relação ao padrão nacional, tendo numa ponta o PTB e na outra “uma progressiva aglutinação das forças anti-PTB, nucleadas em torno de um PSD ‘udenizado’ que entra em dissidência com a linha nacional de aliança com o PTB” (TRINDADE; NOLL, 1991: 68-69). Em razão desse processo que Héglio Trindade e Maria Izabel Noll denominaram de “PSD udenizado”, fica mais clara a pouca força política da UDN no Rio Grande do Sul, bem como seu papel marginal frente às grandes questões políticas no Estado (BAQUERO; PRÁ, 2007: 79).

Os resultados políticos das eleições majoritárias ao longo do período 1947-1962 para o Governo do Estado causaram um interessante fenômeno, quer seja, a alteração entre candidatos eleitos entre o PSD e o PTB. Se em 1947 o governador eleito foi Walter Jobim, do PSD, em 1950 o PTB assume o governo estadual, com Ernesto Dornelles. Em 1954, Ildo Meneghetti retoma o poder estadual para seu partido, o PSD, entregando-o nas eleições de 1958 ao PTB de Leonel Brizola, para, nas eleições de 1962, retornar ao poder o próprio Meneghetti e seu PSD (TRINDADE; NOLL, 1991: 75-76; BAQUERO; PRÁ, 2007: 73).

Mas o que mais nos interessa nesse período, para efeitos deste artigo, é o papel ainda pouco estudado de João Goulart na organização do PTB. Enfatizando o aspecto regional – porém sem esquecer a articulação com o nível nacional – procuraremos evidenciar o papel desempenhado por Goulart na consolidação do Partido Trabalhista Brasileiro no âmbito nacional.

No Rio Grande do Sul, beneficiando-se de uma tradição histórica de bipolaridade, denominada por Héglio Trindade e Maria Izabel Noll como “padrão platino de polarização partidária” (1991: 68-75), o PTB participa do processo democrático de forma crescente, engendrando a bipolaridade na forma das forças que a ele se opunham, ou seja, no anti-PTB.

Alguns fatores para o crescimento do PTB no Rio Grande do Sul são levantados pela bibliografia especializada. Héglio Trindade e Maria Izabel Noll comentam que:

Na primeira disputa eleitoral, em 1947, a força do PSD conseguirá impor nas urnas o candidato anti-PTB, Walter Jobim, mesmo sem apoio do PL [Partido Libertador] e da UDN. Ele alcança 41,2% dos votos contra 37,6% de Alberto Pasqualini apoiado pelo PTB nascente. *Já aparecia um certo equilíbrio de forças.* Na eleição de 1950, Ernesto Dornelles, *com a expansão eleitoral do PTB, sob o impulso da candidatura Vargas à Presidência*, derrota o candidato do PSD, Cylon Rosa, aliado à UDN e ao PRP [Partido da Representação Popular], obtendo 45,8% dos votos. *Era a primeira alternância a nível do poder regional (1991: 75).*

Outros fatores são apresentados por Marcello Baquero e Jussara Reis Prá:

O crescimento do partido trabalhista brasileiro, aliado à fragilidade das demais organizações partidárias, contribuiria para estabelecer as bases do padrão eleitoral do Rio Grande do Sul no período 1945-1962. Embora o partido trabalhista tenha conseguido eleger somente um representante para a Constituinte de 1945, contra dezessete do PSD, em um total de 22 cadeiras da bancada gaúcha, essa situação começa a se alterar a partir de 1947. É quando o PTB emerge como o maior partido no Estado. O partido social democrático, por sua vez, passa a perder espaço na medida em que se afasta das origens varguistas; em 1950, conta com a UDN para apoiar o seu candidato ao Governo do Estado, contra a candidatura trabalhista. Em 1951, PL, PSD e UDN formam a Frente Democrática que apóia Ildo Meneghetti à prefeitura de Porto Alegre e, em 1954, ao Governo do Estado. Em 1962, somam-se a essa frente o PDC-PRP-PSP, formando a Aliança Democrática Popular. Entre 1947 e 1962 houve de fato uma alternância no poder entre o PTB e as forças contrárias a esta agremiação. Uma situação mantida até 1964, quando os partidos políticos foram extintos pelo Ato Institucional de n.º 2 (2007: 78-79).¹

Podemos perceber, através desses fragmentos que, mesmo tendo os autores analisado corretamente alguns fatores do crescimento do PTB no Estado, acabaram deixando de fora outros elementos. Enquanto Hélió Trindade e Maria Izabel Noll relacionam a expansão eleitoral do PTB ao impulso da candidatura Vargas à Presidência, Marcello Baquero e Jussara Reis Prá ordenam o crescimento do partido trabalhista brasileiro, aliado à fragilidade das demais organizações partidárias, até essa situação começar a se alterar a partir de 1947. É quando o PTB emerge como o maior partido no Estado. Acaba escapando à percepção apurada dos autores o papel desempenhado por João Goulart no início da organização do Partido Trabalhista Brasileiro do Rio Grande do Sul, capaz de – como demonstrado por

¹ Uma correção: o Ato Institucional nº 2, AI-2, é baixado a 27 de outubro de 1965.

Marcello Baquero e Jussara Reis Prá na citação anterior – fazer com o que o PSD se aliasse a praticamente todo o restante do quadro partidário para manter sua competitividade eleitoral.

Com o auto-exílio de Getúlio Vargas em São Borja, em fins de 1945, estreitaram-se os vínculos entre o ditador deposto e João Goulart. Sob conselhos de Vargas, Goulart acabou filiando-se ao PTB e sendo eleito deputado estadual. Teve papel destacado em razão também de sua relação privilegiada com Vargas, ao ponto de ter sido o emissário do apoio de Vargas a Dutra, em 25 de novembro de 1945 (VILLA, 2004: 15).

Goulart não se destacou como deputado, mas continuou organizando o PTB. Segundo Gomes e Ferreira, “sua atuação como deputado continuou concentrada na criação de diretórios para o partido, sobretudo em cidades do interior” (2007: 18). Entre 1948 e 1949, foi um dos principais políticos gaúchos nas articulações para a candidatura presidencial de Getúlio Vargas. Fora o próprio Goulart o encarregado por Getúlio Vargas para realizar a leitura da mensagem na qual oficializara sua candidatura a presidente. Na esteira dos acontecimentos – organização partidária e campanha de Vargas – João Goulart fora eleito deputado federal com 39.832 votos, quase multiplicando por 10 seu resultado eleitoral de 4 anos antes. Em março de 1950 foi eleito presidente do PTB gaúcho. No mesmo ano, foi escolhido como coordenador da campanha do PTB (VILLA, 2004: 17-18).

Em 1951, com o partido já em processo de consolidação no Estado, João Goulart aceitou ser Secretário do Interior e Justiça do primeiro governo trabalhista. Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira veem nesse episódio um importante papel: “Tratava-se de uma secretaria eminentemente política, o que lhe permitiu muitos contatos que facilitavam o fortalecimento do PTB gaúcho e sua própria liderança pessoal” (2007: 18). A partir da organização do PTB gaúcho, realizada com êxito, Goulart alçou vãos mais altos, indo presidir o PTB nacional a partir de junho de 1952. Até então, nenhum presidente nacional da legenda conseguira terminar seu mandato. Goulart não só cumpriu todo seu período, como ficou no poder por 12 anos, até o nefasto golpe civil-militar de 1964. As razões para o golpe foram associadas pelos historiadores, de diferentes modos, ao Governo João Goulart (1961-1964), como veremos a seguir.

João Goulart na História da História

Considerando ser a História uma construção dos vencedores, é possível entender como e por que o Governo João Goulart (1961-1964) caiu no esquecimento popular. Dos

presidentes brasileiros pós 1930, a lembrança mais viva que se tem ainda é a de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek (JK). No primeiro, uma lembrança controversa: o “pai dos pobres” e o ditador do Estado Novo se confundem, se mesclam, de forma que determinados setores têm determinadas lembranças, em razão da seletividade da memória, ocultando aquilo que não lhes interessa lembrar. Já o segundo é revestido no imaginário predominante no Brasil, sobrepondo-se além das diferenças de setores e classes sociais, como sendo o responsável pelo “crescimento do Brasil”, por fazer o país “crescer cinqüenta anos em cinco”, esquecendo-se do endividamento resultante do Plano de Metas e da construção de Brasília. Assim, os dois foram vencedores: Getúlio Vargas venceu pelo suicídio, através da comoção social causada pela sua Carta Testamento, fazendo com que saísse “da vida para entrar na História”, enquanto Juscelino Kubitschek venceu através de sua obra – Brasília – e do seu sonho/ilusão de desenvolvimento nacional. João Goulart não. Para a História, João Goulart passou como um derrotado, em razão de ter sofrido o golpe de Estado, de ter sido apeado do poder e de ter sido exilado. Além disso, a lembrança – e por isso mesmo a memória – que se tem de Goulart não é tanto da sua vida, como é forte a lembrança da sua morte, pois foi o único presidente brasileiro a morrer no exterior, e nas agruras do exílio.

Qual a razão disso? Quais os motivos da produção histórica não ter se preocupado, de maneira prioritária, com o governo de João Goulart? Uma das respostas pode ser encontrada na concepção de terem, ele e seu governo, sido derrotados. Mas, afora a intenção e as realizações dos novos donos do poder no sentido de apagar a importância do governo Goulart, acreditamos que houve também uma outra batalha, que, ainda hoje, passados 45 anos do fim de seu governo, se mantém: uma batalha de historiadores.

Os estudos pioneiros

É de agosto de 1968 a primeira edição brasileira do livro *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, de Thomas Skidmore. Nesse livro, tornado clássico sobre o período, o “Epílogo” e o “Apêndice” têm uma dimensão importante para a construção de uma interpretação histórica desfavorável ao governo João Goulart. Por mais de um momento no “Epílogo”, o autor atribui à “fuga” de Goulart a facilidade pela qual os militares tomaram o poder (2000: 368-370). Além desse ato de covardia, segundo esse historiador, também foram

a incompetência de João Goulart somada à sua falta de autoridade moral condicionantes importantes para as insatisfações em relação ao seu governo (2000: 385).

Quando, no “Apêndice”, o autor procura retirar o caráter atribuído pela “esquerda jacobina e os comunistas” ao papel desempenhado pelos Estados Unidos da América (EUA) na desestabilização do governo Goulart e possível intervenção estadunidense, ele não responsabiliza outro pelo golpe militar senão “a evidente desorganização do governo de Goulart e sua relutância em emprender uma resistência até a última trincheira” (2000: 389-390). A interpretação de Skidmore, que vê apenas nos condicionantes internos a resposta para o golpe militar, frisa a isenção dos EUA nesses acontecimentos, como pode ser observado: “E quanto ao papel norte-americano na época da própria revolta militar? Foi o governo dos Estados Unidos um patrocinador direto dos rebeldes militares, como tinha sido na Guatemala em 1954, ou na Baía dos Porcos, em 1961? A resposta é, sem dúvida, negativa” (2000: 396). Dessa forma, não tendo os Estados Unidos nenhuma interferência sobre os acontecimentos no Brasil, as motivações para os militares realizarem seu golpe, além da incapacidade dos processos constitucionais habituais (Skidmore, 2000: 367), poderiam ser encontradas na covardia de João Goulart, na incompetência de seu governo, na sua falta de autoridade moral, e na sua desorganização institucional. Esses elementos colaboraram, sem dúvida, na composição do personagem João Goulart e de seu governo, como derrotado para a História do Brasil.

Mas o combate não se faz só de derrotas. Em 1977, ainda no período da ditadura civil-militar, foi produzido o livro *Governo João Goulart – as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*, de Luiz Alberto Moniz Bandeira (1977). Aqui a História teve uma nova interpretação. Para este autor, João Goulart não era fraco, vacilante, ou outros termos pejorativos empregados a partir das influências do livro de Thomas Skidmore. Moniz Bandeira entendia o período do governo Goulart como um período de acirramento das lutas populares, ou como diz no título de seu livro, das “lutas sociais”. Há uma forte presença dos Estados Unidos na desestabilização do governo João Goulart, pois, segundo Moniz Bandeira: “Kennedy, sem a menor cerimônia, alinhou-se à oposição interna ao Governo de Goulart, como qualquer político brasileiro, incentivando sua *desestabilização*, antes mesmo de restaurado o presidencialismo” (1977: 84). Além disso, os Estados Unidos foram responsáveis pelo financiamento dos candidatos da oposição ao governo Goulart desde

1962, com a criação da AÇÃO DEMOCRÁTICA POPULAR (ADEP), o IBAD [Instituto Brasileiro de Ação Democrática] interveio abertamente na campanha eleitoral, subvencionando candidaturas de elementos

reacionários, que assumiam o *compromisso ideológico* de defender o capital estrangeiro e condenar a reforma agrária, bem como a política externa independente do Governo brasileiro (1977: 68).

Internamente, muitas críticas eram feitas ao governo Goulart em razão de atos de corrupção. Aqui Moniz Bandeira radicaliza sua interpretação, na tentativa de reinserir o papel de Goulart como presidente comprometido com as causas dos menos favorecidos. Segundo o autor, a desestabilização do governo Goulart, tanto interna como externamente, era realizada “não por causa de sua corrupção, inerente a todo o sistema capitalista, e sim em consequência do conteúdo nacional e popular de sua política e do seu Governo” (1977: 83). Para Moniz Bandeira, a causa maior da queda de Goulart do poder foi sua necessidade de ser sempre negociador, tentando agradar a todos, aos setores populares e ao grande capital. A conciliação, uma de suas maiores virtudes, foi também a causa de sua queda, e um de seus maiores defeitos:

Essa tentativa de restabelecer o cálculo econômico e, portanto, manter a continuidade da acumulação capitalista, sem penalizar os trabalhadores, constituiu a grande contradição que liquidaria não apenas a política econômico-financeira de Furtado e San Tiago Dantas, mas também, o Governo de Goulart e o próprio regime democrático (1977: 98).

Esse livro de Moniz Bandeira foi a obra que mais influenciou, até o período de realização do documentário *Jango*,² a interpretação da História do governo João Goulart como uma História de lutas, cristalizada na luta pelas reformas agrária, urbana, tributária, eleitoral, bancária, do estatuto do capital estrangeiro e universitária. Conseqüentemente, foi a partir dessa obra que o governo Goulart passou a ser visto como um período de tensões sociais. E, embora por muitas vezes o papel do presidente e as ações do governo pudessem ser consideradas ambíguas, não restam dúvidas de que, no momento de produção do documentário – e talvez até hoje – essas reformas catalisem simpatias muito grandes pelo presidente deposto, o que o documentário só veio a reforçar.

² O filme-documentário *Jango* foi dirigido por Silvio Tendler e estreou nos cinemas no ano de 1984. Grande sucesso de público, contando com mais de um milhão de espectadores, o documentário aborda a trajetória política do presidente João Goulart, desde sua nomeação para Ministro do Trabalho (1953) até seus funerais, em 1976. Transcende, no entanto, a biografia do ex-presidente, trabalhando com questões importantes, como a violência dos golpes militares na América Latina e a resistência dos povos às ditaduras; sua estréia aconteceu no auge do movimento conhecido como Diretas-Já, servindo como elemento catalisador dos sentimentos e ações em prol do retorno da democracia no Brasil (DOMINGOS; KOCH, 2008: 147-172).

Os estudos recentes

O debate, porém, não se deu por encerrado. À visão de Moniz Bandeira – que se tornou hegemônica, mas não exclusiva, ao longo dos anos 1980 e 1990 – opôs-se o trabalho de Marco Antonio Villa (2004). Produção bastante controversa em razão do posicionamento político de seu autor, frontalmente contrário ao governo Goulart, o trabalho tem méritos e deficiências, assim como o de Moniz Bandeira. Seu lançamento se deu em 2004, ano em que a mídia e a Academia rememoraram os 40 anos do golpe civil-militar.

Seu trabalho sofreu de um grande prejuízo metodológico. Não foram poucas as ocasiões, ao longo de seu texto, nas quais o autor atribuiu os sucessos políticos de Goulart a sua sorte, ou azar de seus concorrentes. Para Villa, foram o “acaso” e a “contingência” os responsáveis pela assunção de João Goulart à presidência do Brasil (2004: 8). Com isso, sua análise parece desconhecer dados que o próprio autor demonstra em seu livro, como a carreira política de Goulart no Rio Grande do Sul (2004: 16-22), ou o fato de ter sido eleito duas vezes vice-presidente do Brasil (2004: 30-31; 36). Além disso, certamente por sua visão pré-concebida acerca de seu objeto de estudo, Villa atribui o sucesso de João Goulart a causas eminentemente externas:

Salgado Filho havia morrido em 1950, em plena campanha pelo governo do Rio Grande do Sul, em um acidente aéreo; Segadas Viana era um advogado que tivera importante papel na codificação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas não tinha perfil político adequado para organizar o partido e ser líder de massa; Danton Coelho, que concorreria a Vice-Presidência na chapa de Ademar de Barros (ficou em terceiro lugar), concluiria seu mandato de deputado federal obtido em 1954 e se retiraria da política; Alberto Pasqualini era um político bom de discurso, excelente parlamentar mas ruim de voto – nessa época, já estava doente (teve derrame cerebral) e, depois de anos de sofrimento, morreria em 1960; e o senador Lúcio Bittencourt, de Minas Gerais, candidato ao governo estadual, acabou morrendo também em um acidente aéreo, em setembro de 1955, aos 44 anos (2004: 28).

A morte, a inaptidão política, a incompetência e o ostracismo, a doença que leva à morte, e a morte por causas acidentais – impossível maior desígnio do azar – foram os responsáveis, na perspectiva de Marco Antonio Villa, pelo declínio da carreira política de Goulart. Some-se a isso o rompimento de Fernando Ferrari com a direção do PTB e a morte de Oswaldo Aranha, possível candidato a vice-presidente nas eleições de 1960 pelos

trabalhistas (2004: 35). Uma atribuição muito grande à contingência! Qualquer analista com um mínimo de vinculação à tradição iluminista não poderia sustentar essa explicação, a não ser que essa ocultasse outros elementos.

E que elementos seriam esses, capazes de permitir a Marco Antonio Villa tal explicação da carreira política de João Goulart? O mesmo autor os denota, logo na abertura de seu trabalho: João Goulart não passava de um “fraco”, “conciliador” (em um sentido extremamente negativo), “incapaz” e “inconseqüente” (2004: 7). Reforça a incapacidade e a fraqueza de Goulart ao evidenciar que o presidente procurara na alcova, por intermédio de sua irmã, *chorando*, Leonel Brizola. Trata-se, pois, de elementos muito mais pertinentes a um juízo de valor do que aos propriamente analíticos.

No entanto, mesmo com todas essas limitações metodológicas, o trabalho tem pontos positivos – que, na maioria das vezes, destoam da perspectiva de seu autor. A relação de João Goulart com os comunistas é tratada como uma relação de aliados, conquanto o presidente “quando indagado se era comunista [respondesse] que sua política ‘foi eminentemente nacionalista’” (VILLA, 2004: 234).

Villa recupera, em seu perfil sobre Goulart, dados que normalmente são relegados pela produção acadêmica: sua atuação partidária anterior à sua assunção ao posto de presidente nacional do PTB. Provavelmente esse seja o ponto alto de seu trabalho, somado ao recurso a fontes da imprensa paulista; normalmente, o que se vê é um predomínio de fontes periódicas do Estado do Rio de Janeiro, com hegemonia da capital, e do Rio Grande do Sul. Essa perspectiva da imprensa paulista, que perpassa o livro todo, é realmente muito interessante.

Em 2007, portanto bastante atual, foi lançado o livro de Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2007). Nessa obra, os dois historiadores do Rio de Janeiro – reconhecidos pesquisadores da temática do Brasil pós-1930 – procuram trabalhar com uma abordagem que se destaca em relação à de Marco Antonio Villa. Em contraposição a este autor, Gomes e Ferreira elaboram um trabalho feito sobre várias óticas, repleto de entrevistas e com um número seletivo de documentos. De forma sintética, poderíamos nos referir a este trabalho como *um livro de fontes*.

Diferentemente dos autores anteriormente citados, Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira – em virtude principalmente da disposição editorial do livro – são relativamente econômicos em suas análises sobre o governo Goulart, embora isso não os exima de notórias

simpatias sobre seu objeto de estudo.³ Isso transparece, inclusive, em termos quantitativos: o número de fontes desfavoráveis ao governo Goulart e seu conseqüentor é bastante inferior às fontes favoráveis. Embora seja justo, do ponto de vista crítico, ressaltar que, mesmo as fontes que se mostram a uma análise mais favorável do objeto de estudo não sejam homogêneas, dentre elas há sutis (e nem tão sutis) contradições.

Assim como Marco Antonio Villa, os autores recuperam os primeiros anos de atividade política de João Goulart. Seu ingresso no PTB, patrocinado por Getúlio Vargas, não é nenhuma surpresa; tampouco o é a avaliação de que Goulart não se destacara como deputado estadual (GOMES; FERREIRA, 2007: 18). Trazem um dado importante: foi João Goulart quem leu a carta de Vargas admitindo concorrer às eleições presidenciais de 1950 (GOMES; FERREIRA, 2007: 18).⁴ Apesar da suposta incompetência de João Goulart, tão destacada nas avaliações de Skidmore e Villa, Gomes e Ferreira destacam as realizações de Goulart enquanto Secretário do Interior e Justiça, nos anos de 1951 e 1952: construção de fóruns e cadeias no interior do Estado, modernização da polícia, construção do Palácio da Justiça (2007: 19). Além disso, seu sucesso nos negócios privados demonstra sua capacidade de trabalho (2007: 21; 30-33; 39).

Embora não seja inédito, é na obra de Gomes e Ferreira que uma face de Goulart, até então pouco privilegiada pela historiografia, ganha divulgação. É recorrente na bibliografia a capacidade conciliatória e de negociação de Goulart, dando muitas vezes a imagem de um presidente dócil e amigável. No entanto, ao menos em termos partidários, a figura de Goulart tem uma conotação centralizadora, e porque não dizer, autoritária.⁵ De acordo com Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira assim era a relação de poder entre Goulart e o PTB:

A ascendência de Jango e de seus aliados dentro do PTB, contudo, não ocorreu sem resistências. As medidas por ele adotadas, de um lado, visavam fortalecer os diretórios locais e dar liberdade à bancada do partido na Câmara Federal. Mas, de outro lado, buscavam concentrar, no Diretório

³ Embora seja sabido por grandes contingentes dos que estudam História e Humanidades, nunca é demais lembrar, para a clareza de nossa exposição, que a objetividade absoluta na análise do passado não passa de uma procura formal; jamais será plenamente atingida. Diferentemente de ciências como a Física, no estudo da História – segundo Marc Bloch, “a ciência que estuda os homens no tempo” (Bloch, 2001: 55) – a distinção entre observador e objeto é permeada de envolvimento. Portanto, a objetividade plena é inatingível, dado que até mesmo a escolha do objeto de pesquisa já se demonstra carregada de subjetividade. O que se procura, com base nessas limitações, é a objetividade possível; o trato das fontes com relativa equidistância, percebendo, através de críticas internas e externas, os vestígios do passado.

⁴ A íntegra da mensagem está nas páginas 38 e 39.

⁵ A centralização de Goulart sobre o PTB, além de seu autoritarismo dentro do partido, já era apontado por Maria Celina D’Araújo, em especial capítulos 5 e 6 (1996).

Nacional, políticos leais à sua liderança, evitando a rotatividade nos cargos e limitando qualquer ação voltada para a democratização interna do PTB. A última palavra em questões de política era do diretório, ou seja, do próprio Jango de seu grupo de partidários. *O PTB tornou-se um dos mais centralizados do quadro político brasileiro*. Devido à aproximação com o movimento sindical, inclusive com lideranças sabidamente comunistas, muitos petebistas de outros grupos reagiram às diretrizes impostas por Jango. Mas, segundo decisões da Convenção Nacional, em 1953, qualquer ‘dissidente’ em cargo de direção partidária passou a ser punido com exclusão sumária. Recorrendo ao diálogo e à conciliação, mas igualmente a métodos autoritários para conter os insatisfeitos, Jango, apoiado por seu grupo, foi se impondo cada vez mais dentro do partido (2007: 46-47).

A percepção de um Goulart autoritário por bom tempo escapou da memória construída acerca do ex-presidente. A explicação mais plausível para esse “esquecimento” pode ser encontrada no fato desse viés ter se dado com maior intensidade dentro dos quadros do partido, o que poderia funcionar como uma espécie de “filtro” para a memória coletiva da nação. Porém essa é uma questão que merece ser ainda melhor estudada.

A obra dos autores em questão privilegia o teor nacionalista na personalidade e nas medidas tomadas por João Goulart. Embora concordemos com essa perspectiva, faz-se necessário esclarecer o porquê dessa ênfase: ao valorizar os elementos nacionalistas das ações de Goulart, os autores desvalorizam o emprego que a historiografia reservou, de forma hegemônica, até o fim dos anos 1980 acerca do conceito de populismo.⁶ Ao se valorizarem esses elementos nacionalistas, e sua evolução reformista, intenta-se destacar o protagonismo popular que ganhou as ruas nos primeiros anos 1960. Com isso, pretende-se destacar, além da emergência dos setores populares nas lutas sociais, o papel consciente de suas escolhas, ao optar por um projeto de desenvolvimento econômico-social capaz de integrá-los, ainda que de forma limitada. Esvazia-se, assim, o elemento mais crucial da definição de populismo, quer seja, o da manipulação das classes trabalhadoras.

Ao enfatizar o nacionalismo de Goulart, uma associação bastante interessante é feita por Sérgio Magalhães, então deputado federal pela Guanabara: “Como muitos políticos do Rio Grande do Sul, não sei por que razão sentia nele uma consciência nacionalista muito acentuada” (GOMES; FERREIRA, 2007: 69). Esse nacionalismo, que evoluiu para o reformismo, assim é descrito pelos autores:

Nos anos 1950, importantes setores políticos do país acreditaram que os meios necessários para alcançar um real desenvolvimento econômico e

⁶ Muitos são os debates sobre o “populismo na política brasileira”. Um bom ponto de partida pode ser encontrado no trabalho de Charles Sidarta Machado Domingos (DOMINGOS, 2008).

uma efetiva situação de bem-estar social estariam na defesa de princípios nacionalistas e na ação intervencionista e planejadora do Estado. Nesse sentido, ao lado do crescente compartilhamento de um ideário nacionalista, também ganhou força entre grupos políticos de esquerda, quer do PCB, quer do PTB, um movimento reformista que defendia mudanças na estrutura socioeconômicas do país. Tais reformas se traduziriam, especialmente pela ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores da cidade e do campo, com o efetivo enfrentamento da questão da terra, ou seja, com uma reforma agrária. Essa proposta, que seria sintetizada na luta pelas reformas de base, encontraria defensores e promotores no interior do PTB, identificando João Goulart, o herdeiro do legado de Vargas, como um político capaz de assumir a liderança desse processo de transformações sociais (GOMES; FERREIRA 2007: 83-84).

Ou nas palavras de Raul Ryff, secretário de Imprensa da presidência da República no Governo Goulart:

Na verdade, o Jango estava condenado a ser derrubado porque tinha iniciado – e acho que isso é o importante – um processo nacionalista, independente e popular no Brasil. Um processo até certo ponto revolucionário. Não no sentido marxista do termo; era tudo dentro do regime capitalista, mas era um processo em marcha, reforçado pelas eleições, reforçado pelo plebiscito. O governo estava crescendo, cada vez com mais prestígio e mais audácia nas suas pregações reformistas (GOMES; FERREIRA, 2007: 198).

Como podemos perceber, tanto a citação analítica dos historiadores Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, quanto o depoimento do assessor e amigo de João Goulart têm grande convergência. Embora haja uma diferença de fundo teórico entre “processo de transformações sociais” e “um processo até certo ponto revolucionário”, é inegável que para ambos o governo Goulart represente um período de mudanças intensas nas relações políticas, econômicas, sociais e culturais (assim como para Moniz Bandeira), com destacado papel para o protagonismo popular, tendo como elemento principal de coesão o ingrediente nacionalista.

Embora as primeiras impressões sobre o governo Goulart tenham sido extremamente críticas na versão de Thomas Skidmore, houve reações, como a de Moniz Bandeira. Mas era o início da luta pela escrita da História. Houve nova batalha, dessa vez encabeçada por Marco Antonio Villa. E novamente, a reação, agora realizada por Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira.

Uma disputa que começou vitoriosa no campo da História pela perspectiva do fracasso – e que foi solidamente consolidada no campo da política por uma feroz ditadura –

necessita de muito trabalho para ser revertida. Hoje, embora no campo da História a interpretação mais sólida seja a que vê qualidades no governo Goulart, a memória da nação ainda está impregnada de uma visão depreciativa dos anos 1961–1964. Trazer os esquecimentos à tona; transformar a memória em História, eis os compromissos do historiador, como já asseverou Eric Hobsbawm: “o ofício do historiador é lembrar o que os outros esquecem” (2003:13).

Conclusão

Estudar o *tempo da experiência democrática* no Brasil hoje se configura como opção indispensável ao entendimento de nosso povo e cultura, de nossa sociedade e política. Os anos de 1945-1964 medeiam duas ditaduras, uma de nítido e indiscutível caráter autoritário e a outra ainda alvo de discussões teóricas, mas que se encaminha para uma resolução conceitual de Ditadura de Segurança Nacional. Entre as duas ditaduras houve um tempo em que a democracia brasileira deu seus primeiros passos, de forma mais sólida.

Uma das grandes contribuições da democracia desses anos foi a emergência de partidos políticos nacionais. Embora fosse uma democracia ainda bastante limitada, na qual os analfabetos não tinham direito ao voto (e a educação pública ainda não era universal, como nos dias de hoje), onde o Partido Comunista Brasileiro fora proscrito, e as manifestações reivindicatórias dos trabalhadores fossem severamente reprimidas, houve um crescimento significativo da participação popular, muitas vezes inclusive ao nível partidário, e mesmo com a proibição, no PCB. Esse crescimento foi ampliando-se de forma gradual, até atingir ao seu auge no início dos anos 1960, quando foi bruscamente encerrado com o golpe civil-militar que acabou com o tempo da experiência democrática.

No Rio Grande do Sul, em razão de sua tradição histórica de polaridade, as forças partidárias se desenvolveram de forma diferenciada do restante da nação. Enquanto nos outros Estados da República predominasse uma aliança entre o PSD e o PTB em oposição à UDN, no extremo sul do Brasil as forças político-partidárias se organizaram em razão de uma forte oposição entre PSD e PTB, colocando-se a UDN como apêndice do PSD. Essa forte oposição ensejou no Estado um fenômeno bastante peculiar, a alternância sistemática de poder no Governo do Estado. Se na eleição de 1947 o PSD, com Walter Jobim, alcançava o Palácio Piratini, na de 1951 era a vez dos trabalhistas, sob comando de Ernesto Dornelles, estreado no comando do Estado. Em 1955 voltaram os pessedistas, agora com o conservador

Ildo Meneghetti, até o ano de 1959, quando assumiu o poder o nacionalista radical Leonel Brizola, do PTB. O ciclo se encerrou com o retorno de Meneghetti, nas eleições de 1962, tomando posse em 1963 e apoiando o golpe civil-militar de 1964.

Ao fazermos o recorte da formação do PTB no Rio Grande do Sul pudemos observar que o papel de João Goulart nesse processo ainda não foi suficientemente estudado. Não tendo a pretensão de esclarecermos todas as dúvidas, procuramos rastrear alguns vestígios que possam servir de ponto de partida para futuros estudos que tenham essa preocupação. Foi possível descortinar um pouco da atuação do ator político Goulart na formação do PTB gaúcho principalmente a partir de trabalhos realizados nos anos 2000, em especial o de Marco Antonio Villa e o de Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira. Embora não seja a preocupação central desses trabalhos o estudo das relações entre o PTB e João Goulart no início do tempo da experiência democrática no Rio Grande do Sul, os autores tomam esses anos como ponto de partida de suas obras. Contribuem, portanto, de forma embrionária, mais para o lançamento de novas e inéditas questões na historiografia, do que como respostas solidificadas.

É na historiografia que nos deparamos com algumas obras históricas fundamentais. Através das análises dos trabalhos de Thomas Skidmore, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Marco Antonio Villa e Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, pudemos ter mais claro como, ao longo dos anos, as interpretações sobre João Goulart e seu governo estiveram envolvidas em uma autêntica *batalha de historiadores*. Na nossa percepção, ao escreverem a História do “*tempo da experiência democrática*”, esses autores estiveram envolvidos também em uma batalha pela memória daquele tempo, ora desqualificando o papel de Goulart, ora o enaltecendo.

Certamente, a batalha dos historiadores ainda não terminou. Nossa preocupação foi demonstrar de que forma essa luta pela memória daqueles anos se transformou em História.

Referências Bibliográficas

BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; KOCH, Adolar. Não estica que arrebenta: Uma análise das tensões político-econômico-sociais no Governo João Goulart (1961-1964) a partir do documentário *Jango*. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; PADRÓS, Enrique Serra. *Conflitos periféricos no século XX*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2008, p. 147-172.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Será o Populismo um conceito operacional? Notas para o debate. In: *Aedos – Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*. Vol. 1. Nº. 1. Porto Alegre: UFRGS, 2008, p. 169-188. Disponível em www.ufrgs.br/ppghist/aedos Acesso em: 18 de março de 2009.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos – O Breve Século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 12.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

TRINDADE, Héliqio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: Partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.

VILLA, Marco Antonio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.